



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

### PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 07/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO SEB. DA BELA VISTA/MG  
Aprovado em 2ª Votação

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À  
INCLUSÃO DE CURSOS E INSTRUÇÕES SOBRE  
MANOBRAS DE DESENGASGO NO PRÉ-NATAL, PÓS-  
NATAL E CRECHES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, ESTADO DE  
MINAS GERAIS, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A  
SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à inclusão de cursos e instruções sobre manobras de desengasgo em recém-nascidos e bebês no acompanhamento pré-natal e pós-natal das gestantes e responsáveis legais atendidos pela rede pública municipal de saúde.

**Art. 2º** - Os cursos e instruções terão como finalidade capacitar pais, mães e cuidadores de recém-nascidos e bebês para prevenção e atuação em casos de engasgos, visando à promoção da saúde materno-infantil.

**§1º** Os cursos serão ministrados por profissionais qualificados em primeiros socorros, preferencialmente com experiência em pediatria e neonatologia.

**§2º** O conteúdo dos cursos poderá incluir orientações presenciais e materiais audiovisuais complementares, de forma a ampliar o alcance da capacitação.

**Art. 3º** - A Secretaria Municipal de Saúde poderá adotar as seguintes medidas para a implementação do disposto nesta Lei:

I - Integrar as instruções sobre manobras de desengasgo aos programas já existentes de assistência materno-infantil da rede municipal de saúde;

II - Desenvolver campanhas de conscientização e materiais educativos sobre a importância do conhecimento de primeiros socorros para bebês e recém-nascidos;

III - Firmar parcerias e convênios com entidades públicas e privadas para viabilizar a realização dos cursos, respeitada a legislação vigente.

**Art. 4º** - Fica incluída a oferta de cursos e instruções sobre manobras de desengasgo também nas creches e unidades de educação infantil da rede municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG, com a finalidade de capacitar monitoras, professoras e demais profissionais que atuam diretamente no cuidado de crianças.

APROVADO

EM 1ª DISCUSSÃO

EM 02/09/2025

Câmara Municipal de São Sebastião da  
Bela Vista - MG



PROTOCOLO GERAL 549/2025  
Data: 01/09/2025 - Horário: 08:41  
Legislativo - PL OL 7/2025





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

§1º Os cursos deverão ser realizados periodicamente, garantindo atualização e treinamento contínuo dos profissionais.

§2º A Secretaria Municipal de Educação poderá, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, fornecer materiais didáticos, kits de primeiros socorros e apoio técnico necessário para a realização das capacitações.

**Art. 5º** - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para garantir sua plena execução.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário, nos termos da legislação vigente.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG, 27 de agosto de 2025.

Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda  
Ver. Indicante

Quedes Cunha  
Ver. Indicante





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, fruto da parceria entre o Gabinete em Movimento, da Vereadora Franciele Lacerda e do Vereador Quedes Cunha, tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Incentivo à inclusão de cursos e instruções sobre manobras de desengasgo no pré-natal, pós-natal e nas creches da rede municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG, capacitando pais, responsáveis e profissionais que atuam diretamente no cuidado de crianças.

Em nossa cidade, já houve registro de um caso em que uma bebê foi salva graças à correta aplicação da manobra de desengasgo por policiais, evidenciando a importância do conhecimento adequado e da capacitação imediata para situações de emergência. Acidentes dessa natureza são frequentes e podem ter consequências graves: no Brasil, são registrados cerca de 23 óbitos por dia de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos em acidentes domésticos, sendo que a sufocação representa a principal causa de morte acidental de bebês com até 1 ano de idade. Dados de especialistas da Sociedade Brasileira de Pediatria indicam que 90% desses acidentes podem ser prevenidos com medidas simples e conhecimento adequado.

A integração destes cursos aos programas já existentes de assistência materno-infantil otimiza recursos públicos e garante maior alcance da iniciativa, prevenindo que famílias em situação de desespero dependam da sorte de encontrar profissionais capacitados no momento exato da emergência. A proposta está alinhada com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade, integralidade e equidade, promovendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde materno-infantil, com foco na prevenção de tragédias que podem ser evitadas através do conhecimento e capacitação adequados.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação desta iniciativa, que representa um avanço significativo na proteção da vida e na promoção da saúde de nossas crianças.

Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG, aos 27 de agosto de 2025.

**Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda**  
Ver. Indicante

**Quedes Cunha**  
Ver. Indicante





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL Nº 007 DE 27 DE AGOSTO DE 2025

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO DE CURSOS E INSTRUÇÕES SOBRE MANOBRAS DE DESENGASGO NO PRÉ-NATAL, PÓS-NATAL E CRECHES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AUTORIA:** Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG

Nomeio relator – Ver. Antônio Aparecido de Godoi

Sala das sessões, 02 de setembro de 2025.

Vereadora Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda  
Presidente

#### PARECER

A Comissão de Constituição e Justiça, por intermédio de seu relator designado, o Vereador Antônio Aparecido de Godoi, analisou o Projeto de Lei do Legislativo nº 07/2025, de autoria dos Vereadores Quedes Cunha e Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda, que visa o incentivo à inclusão de Cursos e instruções sobre manobras de desengasgo no pré-natal, pós-natal e nas creches do município de São Sebastião da Bela Vista – MG.

Tal projeto é de grande relevância social, pautada no princípio da dignidade da pessoa humana e nos princípios de proteção integral à criança e promoção da saúde.

A proposta encontra respaldo no artigo 227 da Constituição Federal, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, não apresentando nenhum vício quanto à iniciativa nem à legalidade.

Dessa forma, a Comissão de Constituição e Justiça considera o Projeto legal e constitucional, sendo favorável à sua apreciação pelo Plenário. É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das sessões, 02 de setembro de 2025

Ver. Antônio Aparecido de Godoi  
Relator

De acordo:

Vereadora Franciele de Oliveira G. N. Lacerda  
Presidente

Ver. Quedes Cunha  
Membro





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

### **Assessoria Jurídica Legislativa Câmara Municipal de São Sebastião da Bela Vista/MG**

**Parecer Jurídico:** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 007/2025

**Data:** 27 DE AGOSTO DE 2025

**Ementa:** INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO DE CURSOS E INSTRUÇÕES SOBRE MANOBRAS DE DESENGASGO NO PRÉ-NATAL, PÓS-NATAL E CRECHES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **1 – RELATÓRIO:**

O presente projeto de lei 007/2025 do Legislativo é de autoria da Vereadora Franciele de Oliveira Gomes Nora Lacerda e do Vereador Quedes Cunha e solicita a necessária autorização legislativa para criação de programa municipal destinado ao incentivo da inclusão de cursos e instruções sobre manobras de desengasgo voltadas às gestantes (pré-natal e pós-natal) e às creches do Município de São Sebastião da Bela Vista – MG.

O objetivo do Projeto é promover ações preventivas de saúde e segurança infantil, capacitando profissionais, cuidadores e familiares para a adequada condução de situações de emergência relacionadas à obstrução de vias aéreas em lactentes e crianças.

Esta é, em síntese, a propositura apresentada pelo Executivo Municipal.

#### **2 – ANÁLISE JURÍDICA SOB O PRISMA REGIMENTAL, LEGAL E CONSTITUCIONAL:**

Em relação ao disposto no Projeto de Lei em análise, esta Assessoria Jurídica esclarece o seguinte:

Inicialmente, urge destacar que compete à Procuradoria Jurídica desta Casa analisar e opinar sobre aspecto legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa da presente proposição, para efeito de admissibilidade e tramitação, cabendo ao plenário a análise do mérito.

A matéria trata de inclusão social, proteção de direitos da criança e da pessoa com deficiência, bem como de normas urbanísticas locais, situando-se no âmbito da competência legislativa municipal, conforme estabelece o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica Municipal, artigo 10, inciso I e II.

O Projeto encontra fundamento no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a obrigação da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, e à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ainda, o Projeto está em consonância com os princípios da proteção integral à criança e da promoção da saúde, previstos na Constituição e no Estatuto da





## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que impõem ao Poder Público a adoção de medidas preventivas e educativas para a proteção da vida e da saúde das crianças (art. 7º, art. 14, art. 15 e art. 18).

Diante do exposto, concluímos, após análise técnico-jurídica que não há impedimentos no tocante à apreciação do presente Projeto de Lei, sendo que poderá ser analisado pelos nobres vereadores. Em relação a análise de legalidade, não nos opomos à apreciação do presente Projeto de Lei.

Apontamos ainda que este parecer é consultivo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo e não vincula os vereadores à sua motivação e conclusões.

### 3 – CONCLUSÃO:

Por essas razões acima aludidas, esta Assessoria Jurídica Legislativa opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação e discussão do projeto de lei ora examinado.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo do Plenário desta Casa Legislativa.

São Sebastião da Bela Vista – MG, 02 de setembro de 2025.

WAGNER LUCAS TEODORO DA SILVA  
OAB/MG 154.515  
Assessor Jurídico